

Brasília, 25 de julho de 2019.

Ao Senhor

Marcos Troyjo

Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais
Ministério da Economia

Assunto: **Consulta pública sobre revisão unilateral de tarifas.**

Anexos: **Cartas enviadas anteriormente ao Ministério da Economia.**

Prezado Sr. Secretário Especial,

Em nome da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), coordenada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), vimos manifestar novamente o interesse do setor empresarial em uma maior interação com o Governo no processo de revisão da Tarifa Externa Comum (TEC), conforme cartas anexas enviadas anteriormente ao Ministério.

Até o momento, o setor empresarial teve acesso a informações sobre essa temática apenas por meio de atas de reuniões de Mercosul e de declarações públicas de autoridades brasileiras. De acordo com a ata da última reunião do Grupo Mercado Comum (GMC), realizada em Santa Fé, as discussões no Grupo *Ad Hoc* para Examinar a Consistência e Dispersão da TEC (GAHTEC) estão avançando e foi apresentado relatório preliminar pelo Grupo.

Ademais, o Comunicado Conjunto dos Presidentes do Mercosul e da Bolívia coloca como um dos objetivos do bloco para a Presidência *Pro-Tempore* brasileira cumprir com o mandato de análise e revisão da TEC no segundo semestre.

Nesse sentido, gostaríamos de reforçar o pedido para que o Ministério de Economia amplie ainda mais os canais de diálogo com o setor produtivo no tema de redução tarifária, assim como a realização de consulta pública sobre o tema para melhor compreensão da realidade de cada setor produtivo e de cada região do país.

Na visão da CEB, políticas públicas que afetam um tema dessa relevância precisam estar sujeitas a boas práticas para elaboração e revisão de medidas regulatórias, como prevê a Resolução CAMEX nº 90 de dezembro de 2018 e também a Medida Provisória nº 881 de 30 de abril de 2019 (MPV88119), que está tramitando no Congresso Nacional para tornar-se o Projeto de Lei de Conversão nº17 de 2019 (PLV 17/2019). Ambos os arcabouços legais incentivam a participação do setor privado na elaboração de políticas públicas por meio de consultas públicas e também avaliação de impacto regulatório.

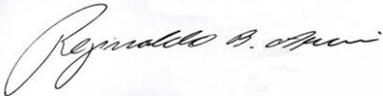
Reiteramos, ainda, que a Coalizão tem desempenhado papel importante nos últimos anos em favor da abertura comercial, sobretudo via celebração de acordos

comerciais, e construído posicionamentos comuns para as principais regras de acordos. Um exemplo foi a atuação da CEB para a conclusão do acordo com a União Europeia, que contribuiu, sempre que necessário, com os negociadores brasileiros.

A CEB acredita que o processo de abertura comercial mais transparente e dialogado com o setor empresarial pode trazer mais ganhos para a economia do país e segurança jurídica para as empresas, minimizando possíveis perdas setoriais.

Agradecemos desde já a colaboração do Ministério e os canais de diálogo já abertos e com esta Secretaria Especial, permanecendo à disposição para tratar de quaisquer temas de negociações comerciais e tarifas de importação.

Cordialmente,



Reginaldo Arcuri
Presidente da CEB



Carlos Eduardo Abijaodi
Diretor de Desenvolvimento Industrial da
CNI